

Diretrizes Programáticas para Celebração de Contratos de Repasse



Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

2020

Detalhamento do Programa

- **Nome do Programa:** Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano;
- **Código do Programa:** 2217;
- **Gestor:** Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco
 - **CNPJ:** 13.802.028/0001-94
 - **Origem do Recursos:** Lei Orçamentária Anual 13.587/2018 - Não PAC
 - **Código UG:** 533018
 - **Código UG origem do recurso:** 533027 (SUDECO – CEF)
 - **Código Gestão origem do recurso:** 53207
 - **Código UG devolução do recurso:** 533018 (SUDECO)
 - **Código Gestão devolução do recurso:** 53207
 - **Código de recolhimento** (origem/devolução do recurso): 68888-6 (mesmo exercício), 18806-9 (exercícios anteriores).

Entendendo o Programa 2217

Tem como objetivo estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.

A ação é voltada para o desenvolvimento da base produtiva regional nos espaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) tanto no fortalecimento de cadeias produtivas quanto na ação integrada com os projetos públicos de irrigação e com os polos de agricultura irrigada. Atua ainda no fortalecimento do papel das cidades no desenvolvimento das regiões prioritárias além do fortalecimento da capacidade técnica dos municípios com vistas à melhorar sua gestão territorial e administrativa.

Detalhamento do Regramento do Programa

- **Beneficiários, ou quem pode pleitear os recursos:**
 - Estados, Municípios, Consórcios Públicos da região do Centro-Oeste.
- **Descrição por ações e objetos elegíveis:**
 - **Ação 20WQ** - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.
Objetos elegíveis:
 - Elaboração de Estudos regionais visando o desenvolvimento do conhecimento sobre a dinâmica territorial brasileira.
 - **Ação 20NK** – Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-Regionais.
Objetos elegíveis:
 - Meios para se estruturar Arranjos Produtivos Locais - APL's.
 - **Ação 12OB** – Gestão de Projetos Públicos de Irrigação.
Objetos elegíveis
 - Gestão de projetos públicos de irrigação (PPIs), mediante revitalização das infraestruturas de uso comum, assistência técnica e capacitação dos agricultores para transformar-se em pequenos empresários rurais, capacitação das respectivas organizações de produtores delegatárias da gestão do PPI para atingirem sua autogestão administrativa e operacional.

Detalhamento do Regramento do Programa

- **Ação 7k66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.**

Objetos elegíveis:

- Pavimentação e Drenagem em áreas urbanas ou não.
- Construção de: rodovias estaduais; obras de arte; pontes; e passagens molhadas.
- Construção, reforma ou ampliação de mercados para produtores.
- Construção, reforma ou ampliação de mercado público.
- Construção de unidades de abates e armazenamento de produto de origem animal.
- Construção de casa de farinha ou de casa do produtor rural.
- Obras de modernização e recuperação de áreas que visem o apoio ao comércio e à base produtiva locais.
- Aquisição de tanques-redes.
- Aquisição de equipamentos agrícolas e de apoio ao município (colheitadeira, trator de pneu, grade, arado, plantadeira, picador de forragem, tanque de resfriamento, pá carregadeira, retroescavadeira, caminhão caçamba, motoniveladora, patrulha mecanizada, rolo compactador, caminhão pipa, caminhão toco, caminhão coletor de lixo, etc.).

Funcionais Programáticas

- **15.244.2217.7k66.0051** - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, no Estado de Mato Grosso;
- **15.244.2217.7k66.0052** – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, no Estado de Goiás;
- **15.244.2217.20WQ.0052** - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, no Estado de Goias;
- **15.244.2217.7k66.0053** - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, no Distrito Federal;
- **15.244.2217.7k66.0054** - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, no Estado de Mato Grosso do Sul;
- **15.244.2217.7k66.5228** - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, no município de Dois Irmãos do Buriti-MS; e
- **15.244.2217.7k66.7000** - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, para o Consórcio Público de Desenvolvimento do Vale do Ivanhema – CODEVALE.

Origem dos Recursos

Os recursos poderão ser oriundos das seguintes dotações:

- Lei Orçamentária Anual (LOA) – Para execução de Plano de Ação;
- Emendas Parlamentares

Portaria e Regramento Operacional Aplicável

- **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)** – Lei Complementar nº 101/2000;
- **Lei Orçamentária Anual (LOA)** – Exercício Corrente;
- **Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO)** – Exercício Corrente;
- **Lei de Licitações e Contratos** – Lei nº 8.666/1993;
- **Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007**, o qual dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
- **Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424**, de 30 de dezembro de 2016 (P.I. 424/2016) e suas alterações, a qual estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170/2007;
- **Instrução Normativa MP nº 2**, de 24 de janeiro de 2018 (I.N. 02/2018) e suas alterações, a qual estabelece regras e diretrizes para a execução de contrato de prestação de serviço a ser celebrado entre a União e instituições financeiras oficiais federais, para atuação como Mandatárias da União
- **Resolução Sudeco nº 8**, de 09 de agosto de 2017, a qual altera disposição da Resolução Sudeco nº 1; e
- **Comunicados Rede Siconv.**

Disposições Gerais

Conforme Art. 21 da Portaria Interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016 é facultado ao concedente a exigência do Projeto Básico acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

Neste sentido informa-se que a Sudeco, como Concedente, autoriza a celebração de Convênios e Contratos de Repasse com Cláusula Suspensiva.

Será permitido o pagamento das despesas referentes ao custo para elaboração do projeto básico ou termo de referência, além das despesas necessárias ao licenciamento ambiental, com recursos oriundos do instrumento.

Salienta-se que este valor não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) do valor total do instrumento conforme disposto no § 8º do Art. 21 da Portaria Interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016

Tipo de Obra	Critério de Funcionalidade
Pavimentação	Somente quando a sarjeta tiver capacidade de escoamento da chuva de projeto. Quando da vistoria final a obra deve estar finalizada, sem patologias e com dimensões compatíveis com o projeto. As sarjetas deverão estar limpas e com dimensões compatíveis com o projeto.
Pavimentação e Drenagem	Os elementos da drenagem (bocas de lobo, poços de visita e dissipador) deverão estar finalizados, limpos, com o fluxo desimpedido e dimensões compatíveis com o projeto. Não serão aceitos trechos com diâmetros menores que o aprovado. A pavimentação deve estar finalizada, sem patologias e com dimensões compatíveis com o projeto.
Construção de Feira	Deverá ter finalizado, no mínimo, cobertura. Em casos previstos em projeto, deverá contemplar também a vedação. A estrutura não poderá apresentar patologias e as instalações elétricas e hidráulicas deverão estar devidamente finalizadas. Todas as medidas deverão estar compatíveis com o projeto aprovado.
Construção de Abatedouro	Deverá ter finalizada a cobertura e vedação da área onde serão instalados os equipamentos. As instalações elétricas e hidráulicas deverão suportar os equipamentos previstos. Caso sejam constatadas patologias a obra não poderá ser aceita. Salienta-se que todas as medidas deverão estar compatíveis com o projeto.
Pontes	Deverá estar finalizada, com os encontros devidamente executados e com todas as medidas compatíveis com o projeto. Caso sejam constatados recalques excessivos, desgaste da fundação ou patologias a obra não poderá ser aceita.

Contrapartida

O valor da contrapartida poderá ser superior ao estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) quando necessário para viabilizar a execução do objeto proposto, mediante ajuste e alteração do Plano de Trabalho aprovado e da planilha orçamentária, sem necessidade de consulta ao gestor

Contrapartida

Conforme Art. 9º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n° 424 é vedada a celebração de:

- Instrumentos com entidades privadas, exceto:
 - com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal; e
 - com os serviços sociais autônomos. (Alterado pela PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 235, DE 23 DE AGOSTO DE 2018)
- Instrumentos para a execução de obras e serviços de engenharia com valor de repasse inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
- E demais vedações

Contato dos Responsáveis pelo CPS

- **Informações acerca das Propostas**

Lisenir Ferreira Gomes

Telefone (61) 3251-8611

E-mail: lisenir.gomes@sudeco.gov.br

- **Informações acerca da Celebração, Execução e Faturas**

Thaisa Brostel Daguer Guimarães

Telefone (61) 3251-8623

E-mail: thaisa.daguer@sudeco.gov.br

- **Informações acerca de Pagamento**

Carina Moura Soares

Telefone (61) 3251-8580

E-mail: carina.soares@sudeco.gov.br



ouvidoria@sudeco.gov.br

Escaneie o código ao lado com o
celular e faça a sua notificação



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

